

A PROTEÇÃO SOCIAL NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS):

uma análise da atividade realizada pelo(a)s trabalhadore(a)s dos Centros de Referência de Assistência Social em João Pessoa, Estado da Paraíba, Brasil.

Resultado de pesquisa concluída.

GT de Trabalho: N°08 - Desigualdades, vulnerabilidades e exclusão social.

Almira Almeida Cavalcante¹
Marinalva de Sousa Conserva²

RESUMO

O presente estudo analisou a Proteção Social no Suas a partir da atividade dos trabalhadores dos Centros de Assistência Social (CRAS) do município de João Pessoa. A pesquisa de campo do tipo qualitativa se apropriou de uma abordagem ergológica que propõe estudar o trabalho a partir da análise de sua atividade. Os resultados espelham quem são os trabalhadores que compõem a equipe técnica do Cras, trajetória profissional, os saberes e experiências compartilhados refletindo sobre as situações de trabalho vivenciadas no cotidiano do trabalho socioassistencial.

Palavras-chave: Assistência Social, Cras, Suas.

RESUMEN

El presente estudio analizó la Protección Social en el Sistema Único de Asistencia Social (SUAS) a partir de la actividad de los trabajadores de los Centros de Referencia de Asistencia Social (CRAS) de la ciudad de João Pessoa. La investigación de campo del tipo cualitativa se apropió de un abordaje ergológico que propone estudiar el trabajo a partir del análisis de su actividad. Los resultados reflejan quién son los trabajadores que componen el equipo técnico del Cras, trayectoria profesional, los saberes y experiencias compartidos reflejando sobre las situaciones de trabajo vivenciadas en el cotidiano del trabajo socioasistencial.

Palabras clave: Asistencia Social, Cras, Suas

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo resulta do estudo dissertativo que teve como objetivo analisar a atividade socioassistencial realizada pelos(as) trabalhadores(as) – Assistentes Sociais e Psicólogos - nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) do município de João Pessoa. A configuração do trabalho

¹ Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba; Especialista em Saúde da Família pela Faculdade Integrada de Patos (FIP). Assistente Social da Rede de Ensino Municipal de João Pessoa-PB. Assessora Técnica do Conselho Municipal de Assistência de João Pessoa/PB.

² Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; Pós-Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba; Professora do Departamento e da Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba.

e dos trabalhadores nos CRAS cumpre os dispositivos da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), devidamente regulada pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Em julho de 2011, a Presidente Dilma Roussef sanciona a Lei federal de número 12.435, que prescreve uma nova redação à LOAS e regulamenta o Sistema Único de Assistência Social.

A PNAS e o SUAS/2011 estabelece, em termos de diretrizes, três eixos de atuação: a) o eixo da Proteção Social, sendo que essa assume duas modalidades de atendimento - Proteção Social Básica e Proteção Social Especial; b) o eixo da Vigilância Socioassistencial; c) o eixo da Defesa de Direitos Socioassistenciais.

Em relação às responsabilidades, o Suas preconiza a gestão da assistência social exercida pelos três entes federados conforme nível de gestão que pode ser habilitado em Inicial, Básica e Plena, considerando o porte do município e a oferta de serviços de assistência social à população. Quanto à estrutura da gestão, o Suas utiliza os seguintes instrumentos: Plano de Assistência Social, Orçamento, Monitoramento, Avaliação e Gestão da Informação e Relatório Anual de Gestão. Enfim o Suas também define o financiamento da assistência social que deverá ser gerido por meio dos fundos - Nacional, do Distrito Federal, Estadual e Municipal - de Assistência Social.

Para implantação da oferta de serviços e benefícios, o Suas traz através da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB/RH/2006) a configuração do trabalho e dos trabalhadores e define os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), como unidades públicas de referência de assistência social.

A pesquisa tem como foco a Proteção Social Básica, sendo a atividade dos trabalhadores dos CRAS o fio condutor da análise. Nesse sentido, a perspectiva transdisciplinar para análise da organização e processo de trabalho nos CRAS foi proporcionada pela Ergologia que traz como perspectiva, conhecer melhor o trabalho para transformá-lo.

A pesquisa de campo, pautada na Ergologia como método de investigação, analisou o trabalho dos profissionais a partir de sua atividade. Para tanto, os dados foram coletados a partir da formação de um coletivo de pesquisa intitulado de “Encontros sobre Trabalho”. Estes foram constituídos a partir de temas específicos sobre a atividade realizada pelos profissionais dos CRAS, ou seja: trajetória profissional, análise das demandas; condições de trabalho; o trabalho em rede; análise das situações de trabalho. No total foram realizados sete encontros, que proporcionaram uma rica reflexão de modo coletivo sobre as trajetórias de vida e trabalho dos profissionais participantes, além de ter se constituído num espaço de elucidação das dimensões intersubjetivas inerentes às atividades nos Cras. E por fim, para complementação do processo investigativo realizamos visitas aos oito CRAS, utilizando a ferramenta metodológica da observação participante.

Conforme a caracterização do Suas, João Pessoa está habilitada como município de Grande Porte (até 900 mil habitantes) assumindo a Gestão Plena do Suas, com oito Cras em funcionamento.

Em termos demográficos, segundo dados do IBGE, CENSO/2010 a população de João Pessoa soma 723.515 habitantes, predominantemente concentrada na Zona Urbana com 720.785 habitantes, sendo 336.409 homens (46,67%) e 384.376 mulheres (53,33%).

Em termos das capitais da Região Nordeste, João Pessoa ocupa posições desfavoráveis em relação à desigualdade social e concentração de renda, sendo o 3º lugar no índice de pobreza (52,98) e o 4º lugar no índice de Gini³ (0,50), conforme Mapa de Pobreza e Desigualdade (IPEA, 2003).

Os indicadores sociais que mensuram a exclusão/inclusão social do Município estão retratados no documento intitulado Topografia Social da cidade de João Pessoa, estudo que apresenta os índices de exclusão/inclusão social e vulnerabilidade das famílias. O referido estudo tem com base os dados coletados pelo IBGE/CENSO/2000.

³ Índice de Gini - medida do grau de concentração de uma distribuição, cujo valor varia de zero (perfeita igualdade) até um (a desigualdade máxima). www.ibge.gov.br.

A abordagem ergológica nos permitiu uma maior aproximação com objeto em estudo, construímos um processo metodológico investigativo de caráter qualitativo, adotando a técnica do grupo focal para os Encontros sobre o trabalho.

2. DESENHO DA PESQUISA

Para o desenvolvimento da pesquisa e constituição de um coletivo de pesquisa denominado de “Encontros sobre o trabalho”, alguns passos metodológicos foram aplicados durante os quatro meses de realização da investigação desse estudo (setembro de 2010 a janeiro de 2011). As ações e estratégias ocorreram a partir do seguinte desenho em três momentos:

Um primeiro momento, cujo desenho de pesquisa se caracteriza pela aproximação com campo-objeto de investigação, a partir de fontes secundárias ocorreu a coleta de dados realizada, *in loco* e via internet, no site da Prefeitura Municipal de João Pessoa e na Secretaria de Desenvolvimento Social. Os dados coletados estão relacionados às informações contidas em relatórios, documentos, legislação municipal, tais como: A Topografia Social do Município de João Pessoa/2010, a Lei Orgânica do Município e suas alterações, Relatórios de Gestão da SEDES e por último o Plano Municipal de Assistência Social/2011. Cabe registrar ainda a revisão dos textos bibliográficos inerente a todo processo desse estudo.

A segunda etapa diz respeito à investigação junto às fontes primárias, tendo como estratégia metodológica denominada de - Encontros sobre Trabalho, através da técnica de Grupo Focal. Consideramos que esse caminhar foi fundamental para a formação de um coletivo de pesquisa para realização dos Encontros sobre o trabalho, dos quais participaram o professor-orientador e o mestrando (coordenando o processo), além de 26 profissionais dos 32 que compõem os oito Cras – universo da pesquisa -.

O coletivo de pesquisa foi formado por dezesseis assistentes sociais e dez psicólogos. Dos Encontros Sobre Trabalho, participaram vinte dois profissionais, sendo quinze assistentes sociais e sete psicólogas.

A equipe de trabalho do Cras é composta por quatro profissionais, sendo um de cada área – Psicologia e Serviço Social. Essa configuração mínima de dois profissionais por área está de acordo com a NOB/SUAS-RH. Todavia, registramos que há diferenciações em termos de composição da equipe, entre a prescrição e o real do trabalho, ou seja, existia um Cras sem um profissional da psicologia, no momento de realização do estudo; outra particularidade registrada na configuração dos trabalhadores trata da existência de apenas uma coordenação de Cras, dentre os oito que fazem parte do universo da pesquisa.

Os dados coletados sobre a configuração dos trabalhadores nos Cras de João Pessoa teve como fontes de informações - o Censo Cras/2010, realizado pelo MDS; Os Encontros sobre Trabalho realizados e a visita *in loco* realizada em todos os Cras do município.

A terceira etapa realizou visita aos Cras pesquisados, com objetivo de observar a atividade dos profissionais participantes da pesquisa e ter uma breve visão das Comunidades nas quais os Cras estão instalados.

3. ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DA ANÁLISE

3.1 TRAJETÓRIA PROFISSIONAL

A definição da trajetória profissional dos trabalhadores foi a primeira categoria de análise resultante dos Encontros sobre Trabalho. Essa categoria revela o processo de formação a partir da escolha da profissão (formação acadêmica, saber constituído), as experiências enquanto profissional

(saber investido) e a identificação do profissional com o trabalho, a descoberta de aptidões e motivação para atuação frente aos desafios da atividade.

Cabe observar que o trabalho no Cras é realizado a partir de uma equipe de referência, a qual requisita por pelo menos duas áreas do saber. Segundo Berenice Couto, a junção de categorias profissionais: “Trata-se de um processo de grande complexidade, pois cada uma das categorias envolvidas tem uma história particular de organização e de luta corporativa e sindical com acúmulos e reivindicações específicas no que tange às condições e exercício do trabalho.” (ROJAS COUTO, 2011, p. 60).

Assim, conforme prescreve a NOB-RH/SUAS(2006,p.19) as equipes de trabalhadores dos Cras em João Pessoa são constituídas por assistentes sociais e psicólogos que realizam a atividade compartilhando as trajetórias de formação e experiência.

3.1.1 Formação Profissional

Esta subcategoria revela a constituição da formação acadêmica dos profissionais, entendido na perspectiva ergológica como saber constituído, ou seja, aquele adquirido a partir do conhecimento científico.

Os dados coletados referentes à formação profissional dos trabalhadores do Cras revelam a diversidade de saberes que se cruzam na formação da equipe.

Cada profissional traz consigo um dado conhecimento que é compartilhado na realização da atividade, sendo esse compartilhamento de informações que torna a atividade enriquecedora enquanto experiência profissional. Inicia-se um processo de cruzamento entre saber constituído e saber investido.

3.1.2 Inserção dos Trabalhadores nos CRAS

Os trabalhadores do Cras do município de João Pessoa estão inseridos a partir de um contrato de prestação de serviços com a Prefeitura do Município. Este tipo de vínculo revela a precarização na relação contratual dos trabalhadores da Assistência Social no município, quanto à ausência de trabalhadores efetivos, desconsiderando a recomendação da NOB-RH/SUAS que prevê a contratação de servidores públicos.

A maioria dos trabalhadores dos Cras, além das experiências em outras políticas sociais apresenta histórico profissional com experiência em programas da política de assistência (saber investido).

3.1.3 Tempo de experiência profissional

A subcategoria tempo revela as diversas experiências profissionais que o grupo participante traz na sua trajetória, mais especificamente o tempo de serviço dos trabalhadores nos Cras e o tempo de atividade em outras instituições.

Os dados coletados mostram que a equipe de trabalhadores contempla duas profissões – Serviço Social e Psicologia – e cada profissional traz consigo o acúmulo de experiência em diversas áreas e políticas sociais, seja em instituições públicas, privadas, ONGS e etc. Deste modo constatamos que o trabalho socioassistencial realizado no Cras não está operacionalizado por um único profissional especializado em uma área específica, revelando o caráter interdisciplinar do trabalho.

3.2 O TRABALHO REAL: A GESTÃO DA ATIVIDADE

Analisar a atividade realizada se constitui como eixo norteador da pesquisa. Os dados coletados descortinaram a atividade real do ponto de vista dos trabalhadores. A discussão dos profissionais

transcende o campo da técnica, há uma relação de significação do trabalho. Essa categoria elucida a complexidade do trabalho enquanto atividade humana, conforme assinala (TRINQUET, 2010, p. 96):

O trabalho não é só uma realização técnica e/ou mecânica, a qual muitos reduzem. É preciso admitir que o trabalho e o Homem estejam íntima e enigmaticamente ligados. Pessoalmente sustento que o trabalho é um ato da natureza humana que engloba e restitui toda complexidade humana.

Assim, a análise da atividade dos trabalhadores do Cras pressupõe uma compreensão dos elementos do processo. As demandas da população atendida no Cras representam o real da atividade.

3.2.1 Demandas: benefícios *versus* serviços

Em termos de análise de demandas identificadas nos Encontros sobre o Trabalho, como também nas visitas realizadas nos Cras, os dados revelam que a maioria das demandas está relacionada aos benefícios, e não aos serviços socioassistenciais, sendo que em primeiro lugar está a inserção (documentação e informações) no Programa Bolsa Família, em seguida aparecem os Benefícios eventuais - a solicitação de cesta básica e enxoval, seguindo de documentação e por fim o Benefício de Prestação Continuada - BPC.

O alto índice das três demandas, tendo o Bolsa Família na ponta do *ice Berg*, certamente é um fator fundamental na análise das demandas das famílias onde a variável renda se constitui como homogeneizadora, tanto na procura por benefícios como por serviços socioassistenciais.

Esta situação real de trabalho no território que demanda proteção social revela, por um lado, uma face da pobreza - a falta de rendimento como fator determinante na desproteção das famílias -, por outro lado, problematiza o conteúdo da proteção social, ou seja; afinal, qual é o objeto da proteção social? Se a mediação da variável renda é determinante em termos de demanda das famílias, como ficam as outras demandas de proteção sem o benefício da transferência de renda? Esse fator determinante revela a condição de pobreza ou de extrema pobreza de uma população sem recursos para prover suas necessidades básicas de sobrevivência.

Percebemos que o que se espelha a partir das demandas dos Cras de João Pessoa, é que a população atendida já se encontra em situação de risco e vulnerabilidade social proveniente da sua condição de pobreza e extrema pobreza. Desse modo justifica-se a relevância do benefício em detrimento do serviço.

Esse ponto descortina a lacuna existente entre o prescrito e o real no que tange a realização da atividade. O prescrito determina a prevenção, enquanto que o efetivamente realizado são ações que contribuem para minimização de riscos e vulnerabilidades já existentes.

3.2.2 A condição de vulnerabilidade

A temática da vulnerabilidade social se constitui numa das polêmicas e tensões tanto no âmbito acadêmico como no âmbito da prática profissional. Esta discussão remete à questão da pobreza, das desigualdades sociais, de renda, de gênero, entre outras. Portanto, seu enfrentamento está relacionado também ao combate às desigualdades multidimensionais.

Na compreensão acerca da vulnerabilidade a primeira questão a ressaltar está relacionada ao território, ou seja: é no território vivido que se concentra essa população vulnerável - urbano, rural, quilombola, indígena etc., é no território que a desproteção acontece, as desigualdades são também socioterritoriais.

3.2.3 Território e Intersetorialidade

O território de abrangência do CRAS se constitui como áreas de maior concentração de população vulnerável e risco social. Os territórios vulneráveis são ocupados por uma população pobre, que vivem em moradias precárias, sem infraestrutura básica, frequentemente assediada pelo tráfico de drogas, com alto índice de violência e criminalidade. Para que a proteção social alcance de fato a população demandatária:

A territorialização é um elemento-chave para que os serviços sejam ofertados próximos à população, para que o território seja provido de recursos que melhorem as condições de vida da população e principalmente para que esse território pertença a cidade. (YAZBEK, et al, 2011, p. 53).

Na realidade estudada percebemos as singularidades dos territórios, seja pela alta incidência de tráfico de drogas, proximidade com a Zona Rural, ocupação ambiental inadequada, entre outros fatores que determinam as demandas da população e conseqüentemente as atividades processadas.

3.2.4 O Trabalho em Rede: a regra de ouro do ofício

Para dar conta das demandas da população atendida pelo Cras em conformidade com a prescrição da PNAS é condição essencial a articulação da rede de proteção social dentro do território. A política de assistência por si só não garante a proteção social dos cidadãos.

Neste sentido, o trabalho em rede aparece como elemento essencial na atividade. O conteúdo da discussão dos trabalhadores nos Encontros está centrado desde a construção da rede até os desafios enfrentados para que ela não seja rompida.

3.3 AS CONDIÇÕES DE TRABALHO

O MDS e a Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) em 2009 editou um guia intitulado “CRAS A melhoria da Estrutura Física para o Aprimoramento dos Serviços” que recomenda espaço físico adequado as condições materiais para operacionalização da proteção social básica, segundo o referido documento, essas condições devem estar em consonância com os princípios da territorialização e matricialidade sociofamiliar.

3.3.1 Instalações físicas

Em João Pessoa os 8 Cras que foram implantados entre 2004 e 2008, não estão integralmente adequados às novas diretrizes do Suas quanto à estrutura física. De acordo com os dados apresentados seis Cras dos oito existentes dispõem de condições adequadas mínimas para desenvolver o PAIF, e dois não tem sede própria e funcionam em uma única sala do Centro de Cidadania dos respectivos Bairros.

Ainda em relação ao espaço físico, apesar da maioria dos Cras ter declarado existir espaço físico adequado para atendimento da população e trabalho com grupos, todos se queixaram da falta de espaço adequado para escuta psicossocial.

3.3.2 Recursos materiais

Os Cras pesquisados se adéquam a estrutura prescrita, porém o relato dos profissionais aponta a indisponibilidade de transporte como um fator que dificulta a atividade para realização de visita domiciliar.

Outro ponto que dificulta a efetivação da prescrição é a burocratização dos encaminhamentos e a indisponibilidade de verba. Há processos de atendimento como por exemplo, a concessão de benefícios eventuais que exige a informação precisa, por meio de relatório e registro fotográfico para avaliação e deferimento da SEDES.

3.3.3 Recursos Humanos: Precarização das relações de trabalho

Para o município de João Pessoa, habilitado como grande porte a NOB-RH/SUAS prescreve uma equipe composta de 2 assistentes sociais e 2 psicólogo(as) para cada Cras. No período de realização dessa pesquisa o coletivo de trabalhadores dos Cras do município de João Pessoa era composto por 32 profissionais sendo, 17 assistentes sociais e 15 psicólogos distribuídos nos 8 Cras. A inserção dos profissionais caracteriza a precarização nas relações de trabalho, tendo em vista que todos os profissionais não possuem vínculo efetivo. Os trabalhadores do Cras compõem o quadro de prestadores de serviço do município.

3.4 ANÁLISE DAS SITUAÇÕES DE TRABALHO

Para os trabalhadores dos Cras a prescrição do SUAS implica em nova forma de fazer no trabalho socioassistencial. Portanto, segundo a perspectiva ergológica corrobora-se a assertiva de que a atividade do trabalho não é mera execução mecânica de normas e prescrições.

Diante do contexto da população e das famílias, porém cabe questionar como se encontram essas famílias? Indagação esta, presente no cotidiano dos trabalhadores que implica diretamente no procedimento, que obedece ou não a uma prescrição. É este contexto que se descortina na análise da atividade que revela as disparidades entre o prescrito e o real. Conforme Araújo (2009), a atividade real está para além de instruções e procedimentos. As situações de trabalho se concretizam como desafiadoras frente aos limites e tensões sobre os quais são vivenciadas.

3.4.1 Variabilidades, Tensões e Conflitos

A população atendida pelo Cras está caracterizada na prescrição do Suas ao definir os usuários do Paif como:

famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, do precário ou nulo acesso aos serviços públicos, da fragilização de vínculos de pertencimento e sociabilidade e/ou qualquer outra situação de vulnerabilidade e risco social...(Tipificação, 2009, p. 7).

Diante desse contexto, percebemos as variabilidades e tensões postas aos trabalhadores que atendem à referida população. Ao recorreremos à perspectiva ergológica, percebemos, então, que a partir da visível discrepância do prescrito x real, as situações de trabalho são passíveis de variabilidades, as quais o trabalhador por si só, não dá conta de controlar.

Por exemplo, o fenômeno da violência é constantemente presente no cotidiano do Cras. Os casos de maus tratos e abuso no âmbito das famílias chegam ao Cras e requisitam solução.

3.4.2 Riscos e Vulnerabilidades

Os territórios de abrangência do Cras em João Pessoa apresentam similitudes e singularidades ao mesmo tempo, apesar da implementação não ter seguido a um estudo direcionado, os Cras estão instalados em regiões populosas e vulneráveis, marcados inclusive pela violência e ausência do Estado na oferta de serviços socioassistenciais. A população total dos territórios de abrangência é de 135.741 habitantes, o que representa 18,67% da população total, distribuída em oito territórios (bairros).

3.5 DIMENSÕES SUBJETIVAS DO TRABALHO

Após a reflexão acerca dos elementos chaves que compõem o processo do trabalho socioassistencial executado no Cras descritas nas categoriais anteriores, afirmamos que como todo trabalho social a atividade no Cras é complexa e dinâmica. Portanto na sua concretização os trabalhadores expressam uma significação, um sentido, conforme assinala a perspectiva ergológica:

O trabalho não é uma sequencia de gestos e/ou de ações mecânicas, programadas por antecedência e pelos outros. Trabalhar jamais é, simplesmente, aplicar, mas se adaptar sempre as variabilidades organizacionais materiais, ambientais e humanas, em tempo real. (Trinquet, 2010, p. 107).

3.5.1 Prazer sofrimento X realização profissional

Este sentimento ambíguo pode estar relacionado a história de cada trabalhador, como este percebe e idealiza o trabalho, o prazer se dá na auto realização, a satisfação de fazer o que gosta, trabalhar no que foi capacitado para fazer, o resultado do investimento intelectual. Porém as diversidades encontradas na realização desse trabalho, na prática da sua atividade gera o sofrimento, a insatisfação e até frustração dos trabalhadores.

O grupo observado expressou que os pontos positivos (prazer) superam os negativos (sofrimento). Portanto, apesar do processo recente de construção e implementação da política de assistência no Suas, já pode ser considerada um avanço no que diz respeito a novos campos de trabalho concretamente avançados para os trabalhadores - sociais e psicólogos - que atuam no âmbito da proteção social básica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência vivenciada em termos da trajetória de vida e trabalho dos profissionais dos CRAS's em João Pessoa possibilitou reflexões e a construção de alguns temas analíticos, dos quais expomos algumas considerações: Em relação à trajetória profissional do grupo participante, conforme os depoimentos há uma rica experiência profissional, muitos desses foram pioneiros na implantação dos CRAS no Município, mas também aqueles que trazem na sua trajetória vivências em outras políticas públicas.

Em termos do fluxo das demandas - serviços e/ou benefícios -, os resultados da pesquisa permitem problematizar algumas reflexões a respeito da materialidade da proteção social básica, ou seja: a maior incidência de demandas ocorre por busca de informação e encaminhamento em relação aos benefícios dos programas de transferência de renda, principalmente o Bolsa Família.

Isto conduz a seguinte questão: se a maior demanda nos CRAS reside em termos dos benefícios, então a demanda por proteção das famílias se traduz em renda? E ainda, é possível concluir que há uma hegemonia desses programas no âmbito da proteção social básica. Este fato, apontado pelo grupo

participante da pesquisa, por sua vez, conduz a necessidade de problematizar as relações entre serviços e benefícios socioassistenciais.

A intersectorialidade e o trabalho em rede, outro ponto relevante revelado pelos trabalhadores, a necessidade de articulação da política de assistência com outras políticas públicas. A rede socioassistencial se constitui como ponto fundamental para realização da atividade o trabalho e na qualidade do serviço ofertado.

A perspectiva intersectorial e habilidade dos trabalhadores do SUAS sinalizam algumas competências em termos da capacidade de interagir com outras políticas e programas sociais, o que por sua vez, amplia o conhecimento não apenas acerca da legislação e prescrição específica da assistência, mas também das demais políticas públicas.

Em relação à configuração do trabalho e das condições de realização das atividades há fragilidades e precariedades, tanto em termos das instalações físicas ambientais como em termos dos recursos materiais e humanos. Cabe registrar os entraves e impedimentos que a falta dessas condições incidem no trabalho e na oferta de serviços com qualidade, principalmente diante ao volume demandas e ao fluxo de operacionalização destas. Ressalta-se a precariedade em termos de estrutura física, materiais e equipamentos, transportes.

Quanto aos recursos humanos, os entraves iniciam a começar da relação contratual, no qual o vínculo obedece a um contrato de prestação de serviço abonado de qualquer obrigação trabalhista. Este fato elucida uma condição *sine qua non* em termos de condições e realização das atividades. Ou seja: a consolidação do SUAS passa pela valorização dos seus trabalhadores. Essa condição de trabalho precarizado, expõe os trabalhadores a uma incômoda e silenciosa dicotomia – de um lado, a definição do seu papel, conforme instrumentos legais da profissão, os quais prescrevem que a população atendida seja não apenas informada quanto aos seus direitos, mas também motivada a participar dos espaços de controle social com vistas a reivindicá-los enquanto sujeitos de direitos; por outro lado, os próprios trabalhadores vivenciam no seu cotidiano uma negação de seus direitos.

Essa condição ambivalente dos trabalhadores do SUAS, em termos dos vínculos contratuais trabalhistas, infelizmente também é vivenciada em outros municípios brasileiros, segundo os estudos de Yazbeck (2011), esses trabalhadores estão sujeitos a vender sua força de trabalho sem garantia mínima de direitos trabalhistas e sociais. Essa condição negativa de direitos, precária e insegura quanto ao vínculo, resulta na frequente rotatividade de profissionais, falta de dedicação exclusiva ao trabalho, angústia por se perceber como alguém que discursa a efetivação dos direitos e é passiva a condição de desvalorizado no exercício da sua profissão.

A análise das situações de trabalho, segundo os dados coletados, permitem elucidar outras dimensões e sentidos do trabalho no âmbito da proteção básica. Trata-se das expressivas e diversas situações que os trabalhadores vivenciam junto a população atendida - os riscos e as vulnerabilidades as quais os trabalhadores estão expostos nos territórios em que atuam.

A problemática revelada neste estudo quanto a gestão da proteção social básica no município aponta para um caminho distante e complexo entre a prescrição prevista na NOB-RH/SUAS e a realidade das condições de trabalho vivenciadas pelos trabalhadores do SUAS. Todavia, o caminho já percorrido com lutas e embates para consolidação da Assistência Social como Política Pública Nacional, nos permite apontar também perspectivas e possibilidades de avanços.

Para tanto, se faz necessário junção de esforços de diversas instâncias de representação tanto das categorias profissionais como das instâncias reguladoras e responsáveis pelo controle social da gestão da Assistência Social.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, J. P. **Guia dos direitos sociais:** a igualdade social e as diferenças entre esquerda e os neoliberais. São Paulo: Ed Perseu Abramo, 2009.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2007.

BRASIL. **Lei Nº 8.742 (1993)** – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Brasília: Senado Federal. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742.htm> Acesso em: 07 jul. 2011.

BRASIL. **LEI Nº 12.435 (2011)**. Brasília: Senado Federal. 2011. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil03/Ato2011-2014/2011/Lei/L12435.htm> Acesso em: 07 jul. 2011.

BRASIL. **NORMA OPERACIONAL BÁSICA (NOB/SUAS)**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005.

BRASIL. **NORMA OPERACIONAL BÁSICA DE RECURSOS HUMANOS DO SUAS (NOB-RH/SUAS)**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2006.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADAS POLÍTICAS SOCIAIS ACOMPANHAMENTO E ANÁLISE (IPEA). Diretoria de Estudos Sociais. Disponível em: <www.ipea.gov.br/publicacoes/bpsociais/bps>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em 16 set. 2011.

TRINQUET. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, número especial, p. 93-113, ago. 2010 – ISSN: 1676 -2584. Disponível em: <www.histedbr.fae.unicamp.br> Acesso em: 20 ago. 2011.

YAZBECK. M. C. in **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento** / Berenice Rojas Couto...[et al]. – 2.ed. – São Paulo: Cortez, 2011.